



# Assembleia Municipal de Lagos

Praça Gil Eanes  
8600-668 LAGOS  
PORTUGAL  
T (+351) 282 780 078  
(+351) 282 762 696  
www.am-lagos.pt  
geral@am-lagos.com

## SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO/2022

### 1.ª REUNIÃO - 21/02/2022

#### PROPOSTA

Considerando que no levantamento levado a cabo pelo instituto hidrográfico sobre o assoreamento da barra de Lagos foi medida uma cota de apenas 1.3 metros na maré vazia.

Que essa informação foi conhecida no dia 7 de fevereiro 2022, através do Edital 001/2022 da Capitania do Porto de Lagos.

Que a presente situação condiciona o acesso e logo a navegabilidade do Porto de Lagos.

Que a manutenção desta situação irá prejudicar um conjunto vasto de empresas, trabalhadores, cidadãos, turistas e estruturas de acesso marítimo.

Que após anos de pandemia e redução drástica da atividade económica, as empresas e empresários dos sectores marítimo turístico, de pesca tradicional e de cerco, as embarcações de recreio, a Marina e todos os agentes económicos que direta ou indiretamente têm a sua atividade ligada ao mar arriscam-se a ter mais um ano a sua atividade condicionada.

O condicionamento do acesso ao Porto e Marina de Lagos em razão das marés é para além de tudo um dano reputação para Lagos enquanto destino turístico e centro económico ligado ao mar.

O Município de Lagos e os lacobrigenses têm até hoje assistido a uma falha permanente dos organismos competentes que pela sua incapacidade técnica ou inércia na atuação perante situações desta natureza põe em risco as populações, a economia e a imagem do Concelho.

Já não basta apelar à responsabilidade das entidades competentes.

A Assembleia Municipal de Lagos na sua Sessão Ordinária do dia 21 de fevereiro de 2022 delibera:

- Propor à Câmara Municipal de Lagos, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Dr. Hugo Pereira, officie junto do gabinete pessoal do Sr. Primeiro-Ministro o agendamento de uma reunião a título de urgência para junto do mesmo lhe transmitir pessoalmente da gravidade dos factos a falha sistemática das entidades competentes e instar o mesmo a criar as condições para desbloquear a presente situação.

Aprovada, por unanimidade e em Minuta.

